

DIVO ARAÚJO

Hoje será um dia especial para a deputada Neusa Cadore (PT). Ela verá o Selo Lilás, programa criado pelo governo através de um projeto de lei de sua autoria, certificar as primeiras empresas comprometidas com as pautas femininas, em solenidade que será realizada na Associação Comercial da Bahia (ACB). “Para reduzir as desigualdades de gênero, a gente precisa de ações que promovam igualdade de oportunidade entre mulheres e homens. O Selo Lilás convida as empresas a se engajarem nessa luta”, explica a parlamentar, nesta entrevista exclusiva ao A TARDE.

Apesar dos avanços, Neusa admite que ainda existe um longo caminho a percorrer para a tão sonhada equidade de gênero, não só no mercado de trabalho, mas também em outras áreas, como a política. Quando isso ocorrer, acredita ela, todos só terão a ganhar. “Pesquisas estimam ganhos de até 48% de melhoria no desempenho das empresas onde há mulheres em cargos de liderança”. Acompanhe essas e outras questões na entrevista que segue.

Apesar dos avanços, a desigualdade de gênero no mercado de trabalho ainda é uma realidade não só no Brasil como no mundo. Quais são os principais obstáculos para que essa equidade aconteça?

Embora se fale pouco disso, o mundo do trabalho é o lugar da produção e reprodução de muitas desigualdades. É claro que nós avançamos muito em vários aspectos, mas observamos ainda disparidades gritantes nesse ambiente. As causas são bem complexas. Elas foram construídas ao longo da história, por fatores culturais e históricos. Agente pode resumir numa palavra: o machismo, ainda muito presente. Hoje, a gente ainda convive com situações em que as mulheres ganham 74,5% do que os homens recebem, exercendo a mesma função. A cada minuto, dez mulheres em algum lugar sofrem assédio sexual. Outro dado que chama atenção: 50% das mulheres são demitidas no período que vai da licença maternidade até os primeiros dois anos do parto. São dados que nos desafiam bastante. São pouco falados, mas exigem um posicionamento da sociedade. Por ser um desafio cultural, ele também precisa de ações que promovam essa desconstrução.

A senhora é autora do projeto do Selo Lilás, que virou lei e começou a ser desenvolvido pelo governo baiano. De que forma esse selo pode contribuir para reduzir essa desigualdade no mercado?

Para reduzir as desigualdades de gênero, a gente precisa de ações que promovam igualdade de oportunidade entre mulheres e homens. Isso não é realidade hoje. O selo está convidando as empresas a se engajarem nessa luta a partir da adoção de políticas que combatam essa desigualdade. Tem duas formas principais. Uma é a valorização da presença da mulher. A outra é o enfrentamento de qualquer situação de violência ou discriminação contra as mulheres. Quando adotam uma política de igualdade salarial, implementam ações que favoreçam a formação profissional e ascensão das mulheres, criam canais seguros para que a violência seja denunciada, as empresas estão efetivamente contribuindo para desconstruir a forma como hoje é tratada a questão organizacional e como ela reflete o que existe na sociedade. Falo

ENTREVISTA Neusa Cadore, deputada estadual

‘EMPRESAS QUE APOSTAM EM LÍDERES MULHERES TÊM GANHOS’

Shirley Stolze / Ag. A TARDE



RAIO-X

Natural de Santa Catarina, Neusa Cadore atuou como voluntária de pastoral social, na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Foi chefe de enfermagem do Hospital Marieta Konder Bornhausen em Itajaí (SC). Na Bahia, serviu como agente pastoral social na Diocese de Rui Barbosa. Após ingressar na vida política, foi eleita prefeita do município de Pintadas entre 1997-2000 e reeleita para 2001-2004. Foi eleita deputada estadual para os períodos de 2007-2011, 2011-2015, 2015-2019 e 2019-2023. Em 2023, assumiu como suplente de deputado estadual, retomando o mandato em março do ano passado.

do machismo, do sexismo, do preconceito racial e, sobretudo, do preconceito em relação às mulheres. Há uma questão que fundamenta muito do que acontece, que é a crença de que nós não estamos prontas para liderança dentro das empresas ou para postos de comando na sociedade. O selo traz esse grande apelo. E quero já dizer da minha surpresa, porque 196 empresas públicas e privadas procuraram conhecer e se inscreveram para essa primeira edição do projeto. Para mim, isso sinaliza que nós podemos ter muita esperança nesse processo de luta das mulheres e contar com novos parceiros. Contar com os homens, contar com outras instâncias da sociedade. A Lei Maria da Penha cita que o enfrentamento da violência é uma tarefa da família, da sociedade e do poder público. O Selo Lilás vem com essa força e já inicia movendo que tem muita gente de boa vontade. Tem muitas práticas que ainda são desconhecidas e o selo vai certificar, vai dar visibilidade para essa situação que já está dentro das empresas. Convido outras empresas a adotarem medidas que vão nessa direção.

Já tem data para entrega das primeiras certificações do Selo Lilás. Como será este evento?

O selo foi aprovado pela Assembleia Legislativa em 2021. O governador Jerônimo Rodrigues teve uma sensibilidade muito especial e, logo no ano passado, ele acolheu a proposta da secretária de Políticas para Mulheres, Elisângela Araújo, no sentido de que seria um programa do Estado incentivar as empresas a entrarem nessa luta. Foi aberto um edital, as empresas se

inscreveram. Houve todo um processo de divulgação que a gente vai finalizar no dia 25. Ainda estamos no processo, mas a gente já sabe que teremos um número significativo de empresas certificadas. Com isso, a Bahia dá um passo muito significativo e pode se tornar referência. Na verdade, essa não é uma pauta local, é global. Em 2015, quando a ONU escolheu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), colocou o empoderamento das meninas e das mulheres como uma questão central para garantir um mundo melhor para essa parcela da população que é tão grande. Aqui no Brasil nós somos maioria. Enfim, estamos sintonizados com essa pauta que é discutida no mundo inteiro, que é pauta da ONU, que é pauta da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e a Bahia dá essa largada. Quero agradecer ao governador Jerônimo por essa sensibilidade e parabenizar a secretária Elisângela também, porque é muito importante tirar uma lei da gaveta. Dar vida para essa lei. A Bahia está fazendo isso, com o Selo Lilás.

As responsabilidades pessoais e familiares, incluindo o trabalho de cuidado não remunerado, ainda seguem afetando desproporcionalmente as mulheres? O que fazer para mudar essa cultura?

As mudanças são muito lentas. Historicamente, havia um entendimento que as tarefas do cuidado eram atribuições das mulheres. Inclusive, quero lembrar que recentemente esse foi tema de redação de uma prova do Enem. O tema foi: ‘Os desafios para enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pelas mulheres no Bra-

‘Além da desigualdade salarial, tem a dificuldade em ocupar cargos de comando’

‘O mundo do trabalho é o lugar da reprodução de muitas desigualdades’

‘A Bahia tem mais de cem municípios sem uma mulher na Câmara’

sil’. Cuidar das pessoas, dos idosos, das crianças, de uma pessoa doente, é algo que você faz por amor, um trabalho gratuito. E, embora muitas mulheres estejam no mercado de trabalho, nós ainda carregamos esse fardo. As mulheres trabalham quase o dobro dentro de casa, mesmo tendo uma carga horária como qualquer homem fora de casa. A política do cuidado é um processo que hoje vem sendo muito discutido. E é muito importante esse debate. Essa é outra dificuldade para a gente acessar o mercado de trabalho. Eu conheço mães atípicas com filhos que

têm deficiência, que às vezes precisam abandonar as suas carreiras, porque têm muitas dificuldades para conciliar essa atribuição que nos é imposta, com pouca compreensão ainda dentro da família da corresponsabilidade. Todo mundo se alimenta, todo mundo usa a casa, mas é como se nós ainda tivéssemos que dar conta desse trabalho não remunerado. E lembrar que ainda temos muitas deficiências em relação a políticas públicas de creches, de lavanderias públicas, de instituições adequadas para cuidar das pessoas com deficiência, das pessoas idosas. É todo um debate muito importante quando falamos desses desafios que nós enfrentamos para podermos estar no mercado de trabalho. Preciso lembrar ainda que muitas mulheres são chefes de família. Pesa muito para as mulheres.

Em julho do ano passado, o presidente Lula sancionou a lei que garante a igualdade salarial entre homens e mulheres no país. Passados quase oito meses, é possível dizer que essa legislação trouxe algum resultado para reduzir a desigualdade de gênero?

Primeiro, é uma grande conquista a gente ter esse marco legal que obriga as empresas a reconhecerem o direito à igualdade salarial. E é preciso lembrar que a lei foi regulamentada bem no finalzinho do ano. Tudo é muito novo. Vai ter que ser fiscalizada, monitorada. Mas é um avanço que também é parte da nossa luta, quando você tem uma lei acaba fomentando todo um debate, desnaturalizando essa violência, que é uma das principais violências que a gente sofre no mercado de trabalho. Além dessa questão da desigualdade salarial, a gente também tem muita dificuldade em ocupar cargos de comando. Apenas 11% dos conselhos de administração das empresas são ocupados por mulheres. Em cargos de comando, a gente tem apenas 38% de mulheres. Por outro lado, a gente também tem estudos mostrando que as empresas que apostam na presença das mulheres nesses espaços de decisão têm ganhos muito significativos. São ganhos estimados de até 48% de melhoria no desempenho nas empresas onde as mulheres estão posicionadas nesses cargos. É bom lembrar que recentemente, durante a Covid-19, foi constatado que nos países onde as mulheres governavam, nós tivemos um cuidado diferenciado com a pandemia que resultou em menos internações e mortes. Esses são sinais que mostram a importância da gente ter acesso a esses espaços.

Sem emancipação econômica, a mulher fica mais vulnerável e sujeita à violência doméstica?

As mulheres que sofrem violência, sem autonomia econômica, têm muita dificuldade de sair desse ciclo. Normalmente, essas mulheres ficam cuidando dos filhos e precisam dessa segurança de renda. Por isso que, na nossa luta do enfrentamento à violência, a autonomia econômica ocu-

pa um lugar de destaque. A luta por políticas que garantam o acesso da mulher, a formação profissional para ela poder disputar de forma mais equitativa o seu lugar no trabalho fazem parte dessa luta. Tem uma ligação muito forte da ruptura da violência com a condição de acessar e permanecer ocupadas e ter salários justos.

Tratando agora de outro espaço onde ainda persiste uma discrepância imensa entre homens e mulheres, que é a política. O que fazer para colocar mais mulheres no centro de poder?

Há um dado que tenho na minha mente todos os dias. A Bahia tem mais de cem municípios sem uma mulher com assento na Câmara de Vereadores. O Brasil tem mais de mil municípios nessa condição. E nós somos maioria na sociedade. Essa sub-representação afeta muito a democracia. Os partidos precisam reconhecer e oportunizar de verdade o nosso acesso. Nós temos um sistema muito permissivo, que não fiscaliza o cumprimento das cotas, que é uma conquista. Não fiscaliza a distribuição dos recursos. E os recursos são fundamentais para garantir também que a gente tenha um bom resultado nas nossas disputas. Tem que começar dos partidos e a gente tem também trabalhado bastante no sentido de incentivar e acompanhar mulheres que têm mandato.

Este ano teremos eleições municipais. A senhora está otimista que haverá alguma mudança no pleito de outubro?

Estou otimista, mas sem tirar o pé do chão. Recentemente, a violência política tem ganhado muito destaque. É um tempo de muito hostilidade. Neste mês de março, dia 14, nós lembramos da morte de Marielle, uma mulher que veio lá da periferia, que tinha uma luta em defesa dos direitos sociais e mexeu muito com as estruturas. Mas tem muitas Marielles por aí e há muita violência política. As poucas mulheres que estão nesse espaço nas Câmaras, nas prefeituras, nos governos enfrentam essa violência de várias formas. A gente pode citar Fátima Bezerra, governadora do Rio Grande do Norte, o quanto para ela também não tem sido fácil. São fatos que mostram a força do machismo e negam nosso direito de estar nesse lugar. Os homens desencorajam, desqualificam a presença das mulheres. É uma violência muito pesada para com as mulheres. Mas têm ações importantes para serem feitas e estão sendo feitas. Nosso mandato tem se preocupado muito com essa questão, acompanhando as pré-candidatas, promovendo formação. Como você organiza uma campanha, como organiza a sua plataforma, como você se apresenta para a sociedade. Porque não adianta só ter mulher na política. Agente precisa garantir que a mulher esteja lá para representar o conjunto de lutas, desafios e promover essa mudança. Creio que este ano vai ser um ano de muita luta e tenho compromisso com essa causa.

LEIA A ÍNTEGRA DA ENTREVISTA NO PORTAL A TARDE